

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA

**EXERCÍCIO DE 2025**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
Em 31 de dezembro de 2025

MARÇO/2026

## SUMÁRIO

<b>1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>3</b>
<b>2. BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.....</b>	<b>7</b>
2.1 ATIVO.....	7
2.2 PASSIVO.....	8
<b>3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDOS EM 2025 E 2024 .....</b>	<b>9</b>
<b>4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2025 E 2024 .....</b>	<b>10</b>
<b>5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2025 E 2024 – MÉTODO INDIRETO .....</b>	<b>11</b>
<b>6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>12</b>

## **1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ilmos. Srs. Diretores da

**PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da administração e pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que

ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração e governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação geral, a estrutura, o conteúdo e a aplicação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional,
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2026.

Alexandre dos Santos Valente  
Sócio – Responsável  
Contador - CRC/RS nº. 052.679/O-0-S-SP  
CNAI 3.330

Vinicius Scherer  
Sócio - Responsável Técnico  
Contador-CRC/RS nº. 070.381/O-0

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM  
31/12/2025**

## PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA

### 2. BALANÇO PATRIMONIAL FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)

#### 2.1 ATIVO

ATIVO		2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>	<b>NE's</b>	<b>51.376.773,62</b>	<b>43.256.137,64</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>6a</u>	35.716.342,69	23.163.172,31
Aluguéis a Receber	<u>6b</u>	6.526.952,07	11.728.847,49
(-) Perdas Est. em Crédito de Liquidação Duvidosa	<u>6c</u>	(20.806,99)	(25.060,87)
Outras Contas a Receber	<u>6d</u>	9.144.855,45	8.382.155,96
Tributos a Compensar e Recuperar		9.430,40	7.022,75
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.714.737.733,71</b>	<b>1.677.239.030,72</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>155.348.447,05</b>	<b>122.908.885,73</b>
Contas a Receber	<u>7a</u>	63.701.099,26	58.364.367,21
Depósitos Judiciais	<u>7b</u>	24.802,00	24.802,00
Títulos e Valores Mobiliários	<u>7c</u>	91.622.545,79	64.519.716,52
<b>INVESTIMENTOS</b>	<u>8</u>	<b>1.525.530.810,22</b>	<b>1.521.422.609,05</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<u>9</u>	<b>33.858.476,44</b>	<b>32.907.535,94</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.766.114.507,33</b>	<b>1.720.495.168,36</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## 2.2 PASSIVO

PASSIVO		2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>	<b>NE's</b>	<b>5.821.227,17</b>	<b>3.676.254,74</b>
Fornecedores	<u>10a</u>	1.833.620,56	364.283,75
Obrigações Trabalhistas	<u>10b</u>	457.880,55	482.819,42
Obrigações Fiscais	<u>10c</u>	132.006,03	71.618,99
Contas a Pagar	<u>10d</u>	2.784.283,86	2.115.424,90
Provisões	<u>10e</u>	613.436,17	642.107,68
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>16.104.646,93</b>	<b>12.994.604,70</b>
Outras Contas a Pagar	<u>11a</u>	16.099.646,93	12.989.604,70
Provisões	<u>11b</u>	5.000,00	5.000,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u>12a</u>	<b>1.744.188.633,23</b>	<b>1.703.824.308,92</b>
Patrimônio Social		1.680.497.056,09	1.648.542.161,97
Realização Reserva Reavaliação		23.328.573,62	24.245.289,50
Superávit do Período	<u>13a</u>	40.363.003,52	31.036.857,45
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.766.114.507,33</b>	<b>1.720.495.168,36</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA

### 3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDOS EM 2025 E 2024 (Em reais)

	NE's	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			
Receitas com Aluguéis		48.696.467,38	37.872.137,94
Receitas com Diárias e Estadas		2.008.667,17	987.510,00
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>50.705.134,55</b>	<b>38.859.647,94</b>
<b>(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(33.457.192,40)</b>	<b>(25.389.320,86)</b>
(-) Folha de Pagamento		(5.078.811,31)	(4.917.245,71)
(-) Demais Gastos		(28.378.381,09)	(20.472.075,15)
<b>SUPERÁVIT OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>17.247.942,15</b>	<b>13.470.327,08</b>
<b>RECEITA/DESPESA OPERACIONAL</b>		<b>(4.925.689,73)</b>	<b>2.160.625,94</b>
Receitas com Doações	<u>13b</u>	1.579,11	1.803.442,94
Outras Receitas Operacionais		2.938.976,73	3.367.265,66
Despesas com Pessoal		(1.548.837,79)	(1.439.691,45)
Despesas Gerais e Administrativas		(6.078.782,90)	(1.362.444,07)
Despesas com Depreciação e Amortização		(222.755,30)	(192.996,06)
Despesas Tributárias e Contribuições Sociais		(15.869,58)	(14.951,08)
<b>SUPERÁVIT OPERACIONAL LÍQUIDO</b>		<b>12.322.252,42</b>	<b>15.630.953,02</b>
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>19.510.060,34</b>	<b>10.441.608,48</b>
Receitas Financeiras		19.540.682,99	10.467.664,10
Despesas Financeiras		(30.622,65)	(26.055,62)
<b>+/- OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>8.530.690,76</b>	<b>4.964.295,95</b>
Resultado nas Vendas de Ativos e Investimentos		8.530.690,76	4.964.295,95
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>	<u>13a</u>	<b>40.363.003,52</b>	<b>31.036.857,45</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA

### 4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 2025 E 2024 (Em reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 2025 E 2024 (EM R\$)					
MUTAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	REALIZAÇÃO RESERVA REAVALIAÇÃO	CISÃO PARCIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>1.598.057.955,33</b>	<b>25.162.005,38</b>	<b>19.274.707,39</b>	<b>30.292.783,37</b>	<b>1.672.787.451,47</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	49.567.490,76	-	(19.274.707,39)	(30.292.783,37)	-
Realização Reserva Reavaliação	916.715,88	(916.715,88)	-	-	-
Superávit do Período	-	-	-	31.036.857,45	31.036.857,45
<b>SALDO EM 31/12/2024</b>	<b>1.648.542.161,97</b>	<b>24.245.289,50</b>	<b>(0,00)</b>	<b>31.036.857,45</b>	<b>1.703.824.308,92</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	31.038.178,24	-	-	(31.036.857,45)	1.320,79
Realização Reserva Reavaliação	916.715,88	(916.715,88)	-	-	-
Superávit do Período	-	-	-	40.363.003,52	40.363.003,52
<b>SALDO EM 31/12/2025</b>	<b>1.680.497.056,09</b>	<b>23.328.573,62</b>	<b>(0,00)</b>	<b>40.363.003,52</b>	<b>1.744.188.633,23</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA

### 5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2025 E 2024 MÉTODO INDIRETO

(Em reais)

	2025	2024
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit do Período	40.363.003,52	31.036.857,45
<b>Ajustes por:</b>		
Despesas Antecipadas	(140,46)	19,14
Depreciação	1.274.645,75	1.038.701,83
<b>Aumento (diminuição) das Contas do Ativo e Passivo:</b>		
Contas a Receber	(4.470.197,61)	4.084.202,24
(-) Perdas Est. em Crédito de Liquidação Duvidosa	(84.867,06)	240.328,31
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	49.471,04	(112.908,78)
Fornecedores	1.469.336,81	77.193,50
Obrigações Fiscais	57.979,39	44.470,92
Obrigações Trabalhistas	(24.938,87)	30.158,49
Contas a Pagar	668.858,96	418.572,58
Provisões	(28.671,51)	53.145,27
Realizável a Longo Prazo	8.446.774,28	(13.298.102,26)
Provisões	0,00	(59.500,00)
<b>Caixa gerado pelos fluxos operacionais</b>	<b>45.171.962,74</b>	<b>23.553.138,69</b>
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de Imobilizado	(2.447.049,30)	(2.699.745,58)
Vendas/Baixas de Imobilizado	257.287,38	572.958,50
Aplicações Financeiras	(27.102.829,27)	(20.148.092,41)
Participações Societárias	(3.326.201,17)	0,00
<b>Caixa gerado pelos fluxos de investimentos</b>	<b>(32.618.792,36)</b>	<b>(22.274.879,49)</b>
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>Caixa gerado pelos fluxos de financiamentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>12.553.170,38</b>	<b>1.278.259,20</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO ANO</b>	<b>23.163.172,31</b>	<b>21.884.913,11</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO</b>	<b>35.716.342,69</b>	<b>23.163.172,31</b>
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

## PROVÍNCIA MARISTA BRASIL SUL AMAZÔNIA – PMBSA

### 6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

#### 1. Contexto operacional

A Província Marista Brasil Sul Amazônia (PMBSA) é uma organização religiosa, católica apostólica romana, sem fins lucrativos e de fins não econômicos. Foi constituída à luz das seguintes leis e documentos: Art. 44, Inciso IV da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro); do Decreto nº 7.107/2010, que promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, firmado na cidade do Vaticano em 13 de novembro de 2008, promulgado pelo Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010; e das Constituições e Estatutos dos Irmãos Maristas das Escolas, aprovados pela Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares, pelos quais se rege. Tem sede e foro em Porto Alegre, na Rua Irmão José Otão, número 11 - Bairro Bom Fim, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 90035-060.

Em janeiro de 2023, incorporou a parte cindida da instituição homônima, Província Marista Brasil Sul Amazônia, CNPJ 33.851.917/0001-59, após sua cisão total, e alterou sua razão social de União Sul Brasileira de Educação e Ensino – USBEE para o nome atual, Província Marista Brasil Sul Amazônia – PMBSA, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária – AGE ocorrida em 23 de janeiro de 2023, com esses atos averbados sob o número AV. 186 do registro 223, às folhas 1v, do Livro A-401, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Porto Alegre.

A Província Marista Brasil Sul Amazônia – PMBSA é uma pessoa Jurídica de direito privado com registro no Cartório 223, de 07/08/1924, e registrado no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS conforme processo nº 46.611/52. A Entidade manteve suas atividades com preponderância na assistência social e filantrópica nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. A partir de 01 de março de 2022, a entidade passou a efetuar o pagamento da contribuição previdenciária – INSS Patronal, por deixar de exercer a isenção tributária de contribuições de seguridade social. No mês de julho de 2022, mediante assembleia geral da entidade, foi alterada a sua natureza jurídica, quando se transformou em Organização Religiosa. Mesmo com a mudança da operação jurídica, a entidade ainda possui um processo de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme Portaria do MEC nº 394, de 28/01/2022, publicado no Diário Oficial da União em 07/02/2022, com validade de 01/01/2016 a 31/12/2018, por meio do processo nº 23000.021393/2015-85. A solicitação de renovação deste certificado foi protocolada em 22/11/2018 por meio do processo nº 23000.37950/2018-22, em tramitação no Ministério da Educação.

A Província Marista Brasil Sul Amazônia – PMBSA é uma Unidade Administrativa do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, com natureza de instituto de Vida Consagrada, fundado em 2 de janeiro de 1817, pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat, aprovado pela Santa Fé em 9 de janeiro de 1863, como Instituto autônomo e de Direito Pontifício, com suas Constituições reconhecidas por decreto da Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares e firmadas em Roma, em 7 de outubro de 1986.

A Província Marista Brasil Sul Amazônia – PMBSA constitui uma comunidade de vida, oração e apostolado. Representa o Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas em sua área de atuação e permanece unida ao Superior-Geral, que a vincula à Igreja Católica Apostólica Romana. As atividades por ela desenvolvidas revelam-se como instrumento necessário para que seus integrantes alcancem os propósitos vocacionais orientadores do Instituto Religioso a que se encontram vinculados.

Em sintonia com o Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, a PMBSA tem a finalidade de anunciar e testemunhar Jesus Cristo e a proposta do Reino de Deus a todas as pessoas, fundamentada no Evangelho, na espiritualidade mariana e apostólica e no carisma do Fundador, São Marcelino Champagnat. Isso se manifesta pela evangelização e defesa dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, particularmente os mais vulneráveis e necessitados, por meio da educação, independentemente de nacionalidade, sexo, raça e crença religiosa.

## **2. Demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, consideradas as disposições emanadas da Lei nº 6.404/76 com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dadas pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) aplicável às entidades sem finalidade de lucros e para as situações não previstas nesta norma, a aplicação integral dos pronunciamentos técnicos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), expedidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A entidade aplicou a Lei Complementar nº 187/21 no que tange ao processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e à isenção das contribuições para a seguridade social, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, quando a entidade ainda era certificada. A Administração da Entidade autorizou a emissão e a publicação das demonstrações contábeis em 23/04/2026.

## **3. Formalidade da escrituração contábil**

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, os elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. Os livros e documentos contábeis e fiscais da Entidade são emitidos em formato eletrônico por meio do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

#### **4. Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

#### **5. As principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados:

- a) As receitas e despesas foram apropriadas pelo princípio da competência dos exercícios e reconhecidas nos resultados dos mesmos.
- b) Os direitos e obrigações da Entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais.
- c) Os ativos e passivos de até 360 dias (um ano) foram considerados como circulantes.
- d) Os ativos e passivos após 360 dias (um ano) foram considerados como não circulantes.
- e) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, com os rendimentos financeiros reconhecidos como receita até a data do encerramento do exercício.

#### **6. Ativo circulante**

a) O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas.

As disponibilidades da Entidade só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou instituições controladas pelo governo federal. Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Bradesco, Banco Unicred, Banco XP e Banco Sicoob. As aplicações da Entidade possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Entidade. Essas aplicações financeiras referem-se a: (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB); e (b) Aplicações automáticas (recursos creditados no último dia útil, fora do expediente bancário). Os títulos e valores mobiliários com prazo superior a 360 dias (um ano) estão classificados no Ativo Não Circulante, na Nota Explicativa 7d.

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Total</b>	<b>35.716.342,69</b>	<b>23.163.172,31</b>
Caixa	314.510,39	301.943,31
Bancos c/ disposição - sem restrição	2.315.608,04	613.731,87
Títulos e valores mobiliários - Sem restrição	33.086.224,26	22.247.497,13

b) Aluguéis a receber – Os valores a título de aluguéis a receber são referentes a imóveis destinados a locação.

<b>Aluguéis a Receber</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Total</b>	<b>6.526.952,07</b>	<b>11.728.847,49</b>
Aluguéis a Receber	6.526.952,07	11.728.847,49

c) A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi calculada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas de acordo com estimativas da Administração. Os últimos cinco anos anteriores ao ano corrente são provisionados com base no percentual de inadimplência média dos recebimentos dos aluguéis. Já o saldo referente ao sexto ano é baixado em sua totalidade para Perdas com Inadimplentes.

d) Outras contas a receber – O grupo outras contas a receber apresenta, nos anos de 2025 e 2024, respectivamente, a seguinte composição: Valores a Receber Alienação de Bens correspondem à venda de Ativo Imobilizado; Diárias e Estadas correspondem à locação de espaços para realização de eventos; Notas a Receber correspondem aos demais valores a receber de terceiros; Adiantamento a Fornecedores corresponde a valores repassados financeiramente para aquisição de produtos e/ou prestação de serviços; Adiantamento a Funcionários, Férias, viagens e insuficiência de saldo dos colaboradores; Aplicações Financeiras a Receber referem-se a uma perda com aplicações em Debêntures, referente ao emissor Light Serviços de Eletricidade S/A – Ativo DEB-LIGHB4. O preço da emissão da debênture, em 31 de março de 2023, era de R\$ 1.069,013661. Em 30 de abril de 2023, o preço caiu para R\$ 326,354738, resultando em uma perda no montante de R\$ 1.856.647,31.

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Total</b>	<b>9.144.855,45</b>	<b>8.382.155,96</b>
Valores a receber alienação de bens	7.394.137,94	6.547.600,61
Aplicações financeiras a receber	1.856.647,31	1.856.647,31
Diárias e estadas a receber	-	4.200,00
Notas a receber	805.554,21	835.580,55
Adiantamento a fornecedores	113.124,81	127.245,61
Adiantamentos a funcionários	20.304,67	25.975,10
Assinaturas e anuidades a apropriar	-	140,46
Adiantamento a férias	46.788,07	76.467,88
P.E.C.L.D	(1.091.701,56)	(1.091.701,56)

e) Tributos a compensar e recuperar correspondem a valores de tributos pagos a maior e/ou em duplicidade, em processo de restituição junto aos órgãos competentes.

<b>Outras contas a receber</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Total</b>	<b>9.430,40</b>	<b>7.022,75</b>
Tributos a compensar e recuperar	9.430,40	7.022,75

## 7. Ativo não circulante

- a) Contas a receber – referem-se a recebimentos com prazos superiores a 360 dias (um ano). A Operação de Mútuo realizada mediante contratos de mútuo entre Província Marista Brasil Sul Amazônia – PMBSA (Mutuário), Associação Caminho das Águas, União Brasileira de Educação e Assistência e CEPAZZI Produtos Cerâmicos LTDA. (Mutuantes), conforme define o Código Civil de 2002 – Lei 10.406/02. A composição desses valores basicamente é composta por vendas de ativo imobilizado e outros créditos a receber:

<b>Contas a receber</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Total</b>	<b>63.701.099,26</b>	<b>58.364.367,21</b>
Notas a receber	103.158,24	103.158,24
Valores a receber alienação de bens	33.281.171,50	29.897.809,66
Juros a receber alienação de bens - Permuta	16.099.646,93	12.989.604,70
Operações de mútuo	14.217.122,59	15.373.794,61

- b) Os depósitos judiciais referem-se a reclamatórias trabalhistas em andamento na Justiça do Trabalho. O grupo Depósitos Judiciais apresenta, nos anos de 2025 e 2024, respectivamente, a seguinte composição:

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Total</b>	<b>24.802,00</b>	<b>24.802,00</b>
Depósitos judiciais trabalhistas	24.802,00	24.802,00

- c) Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras com prazo de resgate superior a 360 dias (um ano), com instituições que atendam a pelo menos um dos critérios: classificação de Rating seja AAA em uma das agências internacionais (Moody's, Standard & Poor's, Fitch ou Austin) e/ou Instituições controladas pelo Governo Federal.

<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Total</b>	<b>91.622.545,79</b>	<b>64.519.716,52</b>
Banco Safra S/A	-	2.380.407,39
Banco BTG Pactual S/A	38.803.151,40	31.805.226,10
Banco XP Investimentos S/A	6.611.822,29	2.953.841,00
Banco NBC Bank	29.572.320,35	22.088.436,71
Banco Banrisul	-	1.431.462,00
Banco Santander	6.293.402,97	-
Banco Investimentos Auroque	10.341.848,78	3.860.343,32

## 8. Investimento

- a) Os Investimentos são compostos por ações junto à empresa Brasil, Propriedade para Investimentos, e pela aquisição acionária da empresa Marcha Participações.

Referente à propriedade para investimentos, a Entidade aplicou o CPC 28 – Propriedade Para Investimento no ano de 2024. Não ocorreram movimentações na conta de Propriedade para Investimento.

b) Aquisição de Controle e Reclassificação de Ativo: No exercício de 2024, a Entidade mantinha um contrato de mútuo com a empresa Marcha Participações e Empreendimentos, registrado em seu ativo como direito creditório decorrente de operação financeira entre as partes. No exercício de 2025, a Entidade passou a deter 100% do capital social da empresa Marcha Participações e Empreendimentos, passando a exercer controle sobre a referida sociedade. Em decorrência dessa alteração na estrutura societária, a relação anteriormente existente na forma de mútuo foi revista quanto à sua natureza contábil.

Durante o exercício de 2025, a Entidade realizou aportes de capital na Marcha Participações e Empreendimentos, os quais foram destinados à estruturação e manutenção de ativos imobiliários detidos pela investida.

Em função dessa mudança, bem como da finalidade de manutenção do imóvel para obtenção de renda e/ou valorização de capital, a Administração procedeu à reclassificação dos valores relacionados ao investimento para a rubrica de Propriedades para Investimento, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 28 – Propriedade para Investimento.

A Administração entende que essa reclassificação reflete adequadamente a substância econômica da operação e a forma de gestão dos ativos pela Entidade a partir do exercício de 2025.

Propriedade Para Investimento	Saldo Inicial	Investimento	Ajuste Avaliação Patrimonial	Atualização Valor Justo	Saldo Final
<b>Total</b>	<b>1.521.672.609,22</b>	<b>3.326.301,17</b>	-	-	<b>1.525.530.810,22</b>
Imóveis	1.488.543.930,04	-	-	-	1.488.543.930,04
Terrenos	32.869.761,94	-	-	-	33.651.761,94
Marcha Participações	-	3.326.301,17	-	-	3.326.301,17
Ações CRT	8.918,07	-	-	-	8.918,07

## 9. Imobilizado

a) Os bens do Ativo Imobilizado são demonstrados pelo custo original de aquisição ou construção, acrescido de correção monetária até 31/12/1995. As imobilizações apresentam a seguinte composição, com as respectivas aquisições e baixas no período de 2025:

<b>Imobilizado</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Baixas/ Transferências</b>	<b>Deprec. Acumulada</b>	<b>Saldo Final</b>
Equipamentos de Informática	288.650,96	105.402,54	(44.882,24)	(101.320,90)	247.850,36
Máquinas e Equipamentos	3.609.033,62	479.506,49	(15.946,07)	(213.956,90)	3.858.637,14
Móveis e Utensílios	787.489,35	852.221,90	(83.760,18)	(212.374,77)	1.343.576,30
Prédios	8.148.245,59	-	181.334,71	(199.916,19)	8.129.664,11
Terrenos	17.412.395,09	-	450.000,00	-	17.862.395,09
Veículos	1.678.386,62	1.557.784,46	(486.426,26)	(547.076,99)	2.202.667,83
Imobilizado em Andamento	983.334,71	213.685,61	(983.334,71)	-	213.685,61
<b>Total</b>	<b>32.907.535,94</b>	<b>3.208.601,00</b>	<b>(983.014,75)</b>	<b>(1.274.645,75)</b>	<b>33.858.476,44</b>

b) A partir de 01/01/2012, com base em laudo técnico, as depreciações de Prédios estão sendo calculadas em taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil. No ano de 2014, foi realizada a identificação física do patrimônio e a definição de vida útil para os itens nas contas de Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos, Software e bens destinados às parcerias. Em 01/01/2022, a Entidade passou a adotar o CPC 28 – Propriedade para Investimento, reestruturando os registros dos Imóveis destinados à renda que estavam alocados no Ativo Imobilizado, transferindo-os para o grupo Investimento no Ativo Não Circulante. Além dessa reclassificação contábil, também foi realizada a avaliação pelo método do valor justo, atualizando os valores dos imóveis, por meio de laudos técnicos emitidos por empresa especializada nessa atividade. Abaixo está demonstrada a vida útil dos itens de Ativo Imobilizado:

<b>Conta Patrimonial</b>	<b>Vida Útil</b>
Equipamentos de Informática	10 Anos
Imóveis - Propriedade para Investimento	25 Anos
Máquinas e Equipamentos	10 Anos
Móveis e Utensílios	10 Anos
Prédios	25 Anos
Software	5 Anos
Veículos	3 Anos

## **10. Passivo circulante**

a) Fornecedores – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 360 dias (um ano). Caso contrário, as contas a pagar

são apresentadas como passivo não circulante. A entidade não trabalha com Risco Sacado ou Confirming.

b) Obrigações trabalhistas: Essa rubrica é composta pelas contas de salários e encargos sociais a pagar.

c) Obrigações fiscais: Essa rubrica é composta pelas contas dos impostos retidos sobre os serviços tomados.

d) Contas a pagar – Essa rubrica é composta por obrigações com terceiros, com vencimentos de até 360 dias (um ano).

e) A provisão constituída e demonstrada no Passivo Circulante refere-se às férias da folha de pagamento, com encargos correspondentes.

### 11. Passivo não circulante

a) Outras contas a pagar são compostas por obrigações a pagar com terceiros, com vencimentos superiores a 360 dias (um ano).

Outras contas a pagar	2025	2024
<b>Total</b>	<b>16.099.646,93</b>	<b>12.989.604,70</b>
Juros a Pagar Alienação de Bens - Permuta	16.099.646,93	12.989.604,70

b) As provisões referem-se à provisão constituída para cobrir perdas prováveis em ações trabalhistas que tramitam na Justiça do Trabalho. O grupo Provisões – LP apresenta, nos anos de 2025 e 2024, respectivamente, a seguinte composição.

Provisões	2025	2024
<b>Total</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>
Provisão Indenizações Trabalhistas	5.000,00	5.000,00

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía também processos de natureza cível cuja probabilidade de perda é possível, conforme apresentado abaixo:

Processos	2025	2024
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.000,00</b>
Cíveis	-	5.000,00

### 12. Patrimônio líquido

a) O Patrimônio Líquido é formado pelos bens da Entidade, com os acréscimos/decrécimos de superávits/déficits alcançados na execução dos objetivos estatutários.

b) Não foram realizados ajustes de exercícios anteriores para o ano de 2025.

c) AJUSTE A VALOR PRESENTE: Em cumprimento à Resolução CFC nº 1.151/09, que aprova a (NBC TG 12), e à Lei nº 11.638/07, a Entidade não efetuou o ajuste a valor presente das contas de ativos e passivos circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

d) **REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT)**: A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, Deliberação da CVM nº 527, Resolução CFC nº 1.292/10, que aprova a (NBC TG 01 – R4), e não obteve indícios de que os montantes estejam registrados a valores não recuperáveis.

### **13. Resultado**

a) O superávit do período de 2025 será absorvido pela conta Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 (R1) – Instituições sem finalidade de lucros, em seu item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

b) A Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas. Em 2025, o total arrecadado foi de R\$ 1.579,11, enquanto, em 2024, o valor recebido foi de R\$ 1.803.442,94. A diminuição expressiva nas doações reflete a mobilização gerada pelos alagamentos no estado do Rio Grande do Sul, onde a PMBSA desenvolveu projetos para auxiliar as pessoas afetadas pelas enchentes em 2024.

c) Em decorrência da reestruturação institucional, a Entidade tem a sua preponderância como Organização Religiosa.

### **14. Cobertura de Seguros**

A Entidade mantém contratos de seguros para coberturas de riscos de seus bens do ativo imobilizado. Os bens imóveis e móveis estão segurados por meio de apólices de seguros com garantias totais de R\$ 114.512.839,33, e os veículos de R\$ 5.254.036,00.

### **15. Imunidade Tributária – Art. nº 150 da Constituição Federal e Art. nº 9 do Código Tributário Nacional – CTN**

a) A imunidade tributária aos templos de qualquer culto, disposta pelo art. 150, inciso VI, da Constituição Federal, garante que qualquer entidade de cunho religioso seja imune a todo tipo de impostos governamentais no Brasil. Essa imunidade se aplica não somente aos impostos do templo onde ocorrem cerimônias religiosas, mas abrange também rendas e serviços relacionados à sua entidade mantenedora (que administra o funcionamento e garante recursos para outras entidades).

b) A Entidade não remunera nem concede vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, aos seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, conforme previsto no art. 5º do seu Estatuto Social.

- c) A Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, conforme previsto no art. 21 do seu Estatuto Social.
- d) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas de forma digital, por meio das declarações enviadas para a Receita Federal do Brasil, assegurando assim sua exatidão.
- e) A Entidade cumpre com todas as obrigações fiscais (municipais, estaduais e federais): ECD, ECF, DIRF, DCTF, DCTFWeb e EFD-REINF.

## **16. Comodato**

A Entidade possui dois contratos de comodato, sendo um envolvendo veículos e outro de imóveis. Ambos os contratos se referem ao processo de reestruturação organizacional que foi realizado mediante a Cisão Parcial realizada em 2021 e a Troca de Manutenção realizada em 2022. O contrato de comodato de veículos, realizado com a Província Marista Brasil Sul Amazônia – PMBSA, não possui valor financeiro de locação para o exercício de 2025. As despesas relacionadas à manutenção, combustível e taxas veiculares são de responsabilidade da operação da Sociedade Meridional de Educação SOME, e as despesas com depreciação são alocadas na Província Marista Brasil Sul Amazônia – PMBSA.

## **17. Eventos Subsequentes**

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da Administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros ou mudanças significativas nas demonstrações financeiras.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025.

---

ODILMAR JOSE CIVA FACHI  
Presidente

---

DIEGO OLIVEIRA DA COSTA  
Contador CRC/RS 09.9510